

## PENTECOSTALISMO, URBANIZAÇÃO E PERIFERIA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Maxwell Pinheiro Fajardo<sup>1</sup>.

### Resumo

O pentecostalismo, em suas variadas formas, desenvolveu-se no Brasil em paralelo com o processo de urbanização dos grandes centros urbanos e esse é um fato que não deve ser desconsiderado ao se analisar o perfil da população pentecostal brasileira. Dessa forma, o estudo da relação entre os processos de crescimento do pentecostalismo e da formação das periferias nos grandes centros metropolitanos torna-se uma chave para compreensão das práticas e do cotidiano do grupo religioso que mais tem crescido no país nas últimas décadas. Assim, este trabalho tem por objetivo revisitar as principais contribuições teóricas para o estudo da presença pentecostal na periferia urbana. Para tanto, far-se-á referência a trabalhos que estudam a dimensão religiosa do espaço urbano, bem como a estudos que, embora não tratem especificamente da temática religiosa, oferecem contribuições importantes para a discussão de nosso tema.

**Palavras-chave:** Crescimento pentecostal. Periferia urbana. Industrialização. Migração. Redes religiosas.

### 1 INTRODUÇÃO

O pentecostalismo é o grupo religioso que mais cresceu no país nas últimas décadas. A observação do perfil dos pentecostais brasileiros tem mostrado que grande parte de seu contingente está alocado nas regiões de periferias urbanas. O pentecostalismo, em suas variadas formas, tem encontrado em cidades milionárias como São Paulo e Rio de Janeiro um campo frutífero para sua multiplicação. Quando comparadas com as regiões centrais, as áreas de periferia urbana costumam apresentar um índice de presença pentecostal muito maior. Jacob (2003) observou que, na cidade de São Paulo

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Bacharel e licenciado em História. Pesquisador do Grupo de Pesquisas Religião e Periferia na América Latina (Fapesp/Umesp) Contatos: max.fajardo@yahoo.com.br

os espaços periféricos da região metropolitana reúnem, freqüentemente, elevados contingentes de fiéis, entre 18% e 30% dos seus habitantes. Assim, em torno dos bairros com melhores condições de vida da cidade, tem-se um verdadeiro anel pentecostal, que se caracteriza pela presença de uma população com baixos níveis de educação e de rendimentos. (JACOB *et al.*, 2003, p.161).

Em 1980, 3,9 milhões de brasileiros declaravam-se pentecostais, número que subiu para 8,8 milhões em 1991 e que chegou a 18 milhões em 2000 (JACOB *et al.*, 2003, p. 39). Dito em termos percentuais, subiram de 3,2% em 1980 para 6% em 1991 e chegando aos 10,6% no ano 2000.

O pentecostalismo, em suas variadas formas, desenvolveu-se no Brasil em paralelo com o processo de urbanização dos grandes centros e esse é um fato que não deve ser desconsiderado ao se analisar o perfil da população pentecostal brasileira. Dessa forma, o estudo da relação entre os processos de crescimento do pentecostalismo e da formação das periferias nos grandes centros metropolitanos torna-se uma chave para compreensão das práticas e do cotidiano do grupo religioso que mais cresce no país nas últimas décadas.

## 2 URBANIZAÇÃO DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

As principais literaturas sobre o crescimento urbano brasileiro não tiveram por preocupação estudar a dimensão religiosa do fenômeno. Porém tais obras adquirem importância fundamental para a compreensão da presença pentecostal na periferia ao desenvolverem e discutirem conceitos bastante úteis na análise de tal fenômeno.

A formação de periferias nas grandes metrópoles industriais está intimamente ligada ao processo de urbanização e industrialização da segunda metade do século XX, na América Latina. Santos (2005) classifica a urbanização brasileira como um processo que teve um tímido início em meados do século XVIII e que apenas se consolida na segunda metade do século XX com o processo de metropolização, ou seja, com o surgimento de aglomerados urbanos que ultrapassam a cifra de um milhão de pessoas. Para o autor, tal processo acaba por originar uma situação de **macrocefalia urbana**, cujo crescimento não é acompanhado de políticas públicas de inserção dos grupos mais pobres a condições dignas de sobrevivência. Tais resultados originam-se da necessidade dos países pobres em cumprir os interesses das chamadas nações desenvolvidas.

Para suprimento da mão de obra necessária para o desenvolvimento industrial de tais metrópoles brasileiras, fluxos populacionais passam a chegar aos grandes centros urbanos e são “empurrados” para regiões de periferia, onde a ausência de serviços públicos e conseqüente queda no preço de terrenos permitem ao migrante a aquisição de pequenos lotes em terrenos nem sempre legalizados e integrados à cidade estabelecida (MARICATO, 2001). Com a aquisição de tais terrenos, dá-se início ao processo de autoconstrução de moradias.

Assim, além de vender sua força de trabalho, o migrante é acomodado nos espaços urbanos de menor infraestrutura. Dessa forma, pode-se entender a periferia como resultante do processo de construção do espaço urbano, processo esse moldado de acordo com os interesses do capital, que produzem as diferenças socioeconômicas tão evidentes em regiões periféricas (SANTOS, 2005).

Embora não trate especificamente do caso brasileiro, Harvey (2006) estuda como a geografia urbana é organizada de acordo com os interesses do capital. Baseando-se na teoria marxista, o autor analisa como o empreendedorismo capitalista influencia o crescimento desigual das grandes metrópoles, gerando uma prejudicial concentração de renda nas mãos das classes mais abastadas. Para tanto, o autor faz uma releitura do manifesto comunista a partir da geografia gestada no desenvolvimento do capital.

Caldeira (2000) discute esse processo no caso específico da cidade de São Paulo. Para a autora, a cidade experimentou três padrões de segregações no decorrer do século XX. No primeiro deles, predominante no início do século até os anos 1940, ricos e pobres concentravam-se em uma pequena faixa urbana e a segregação ocorria pela diferença entre as moradias. A cidade crescia e as fábricas multiplicavam-se, porém a área urbana era bastante concentrada. A elite procurava ocupar as áreas mais altas da cidade, como no caso da Avenida Paulista, enquanto a população pobre alugava casas nas regiões próximas aos rios, como o Tamandateí.

No segundo momento, entre os anos 1940 e 1980, destaca-se o padrão centro-periferia. Neste período, as classes média e alta moram em confortáveis casas da região central da cidade, enquanto a mão de obra migrante que chegava à cidade ocupava regiões cada vez mais afastadas do centro, onde a falta de infraestrutura garantia maiores facilidades para aquisição de terrenos. Nesse

processo, a autoconstrução de moradias torna-se evidente. A outrora “cidade concentrada” torna-se “cidade dispersa”, em grande medida por conta da iniciativa privada, já que a participação do poder público no processo foi pequena. Ao falar dos loteamentos irregulares que surgiam nas periferias desse período, Kowarick e Bonduki (1994) observam que:

A prefeitura tinha total conhecimento do que significava a abertura destes loteamentos. Sabia que não tinha condições nem recursos para urbanizá-los, tal a extensão da mancha urbana que provocavam [...] Não se pode, portanto, afirmar que estes novos loteamentos eram simplesmente bairros esquecidos, como então se dizia [...] na realidade, fechar os olhos ao surgimento destes loteamentos e depois fechar os olhos fazia parte de uma estratégia dos órgãos públicos para arrefecer a crise habitacional que, no período do pós-guerra, assumia aspectos explosivos, além de beneficiar os interesses dos proprietários de terras e loteadores (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p.151).

A situação mudou apenas nos anos 70, quando o populismo traz uma nova dinâmica às relações entre periferia e Estado:

Neste contexto, as demandas populares acerca das carências urbanas e as respostas governamentais tornavam a cidade, ou melhor, a cidade onde os pobres residiam, um objeto privilegiado da ideologia e da ação política. E é também neste sentido que se deve captar o sentido dos movimentos populares presentes no período populista, cujo vigor e energia se embrenhavam nas benesses prometidas ou propiciadas pelas máquinas do Estado. (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p.147-148)

A melhoria estrutural da periferia a partir do movimento populista, no entanto, torna-a mais cara, abrindo espaço para um novo tipo de padrão de urbanização. Com o incremento de linhas de ônibus, rede sanitária e regularização de imóveis, o preço de terrenos sobe na periferia, que assim se consolida e abre espaço para um novo padrão de urbanização.

O terceiro momento da urbanização paulistana proposto por Caldeira, na década de 1980, acontece quando grupos da classe alta deixam o centro da cidade e passam a morar em locais afastados, porém em enclaves fortificados, criando um ambiente de forte segregação em relação aos seus vizinhos. Um claro exemplo são as mansões da região do Morumbi, ladeadas pelas precárias moradias da favela de Paraisópolis. A multiplicação de empreendimentos imobiliários em condomínios fechados de alto padrão em regiões distantes do centro da cidade acaba por minar o

padrão de segregação centro-periferia, já que pobres e ricos estão bastante próximos, porém separados por altos muros.

As reflexões de Caldeira nos ajudam a pensar o conceito de periferia não como resultado de mero posicionamento no mapa. A periferia pode estar no centro físico da cidade, bem como a riqueza próxima de suas fronteiras. Indicadores de ordem social e econômica garantem a maior parte do peso do conceito periferia.

Com relação à situação de pobreza existente nas regiões de periferias urbanas, Rocha (2006) nos oferece um detalhado estudo sobre os critérios e escalas utilizados para medir a pobreza no Brasil a partir dos conceitos de pobreza absoluta (ausência dos elementos básicos para a sobrevivência) e pobreza relativa (nível de vida abaixo do que é estabelecido pela sociedade local). A autora termina por discutir ações necessárias para o enfrentamento da pobreza no Brasil.

Maricato (2001) discute outro aspecto das mazelas ocasionadas pelo desorganizado processo de concentração urbana ao apontar problemas antigos que ainda persistem como empecilhos na aplicação de políticas públicas de urbanização. A arbitrariedade na aplicação da lei é um exemplo que, dessa forma, não beneficia a todos os grupos sociais, especialmente aqueles que estão fora da cidade legalmente estabelecidos. Com experiência acumulada na área de administração pública, a autora indica que “é impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégios e arbitrariedade, possam produzir cidades que não tenham estas características” (MARICATO, 2001, p.51).

A autora também chega à conclusão de que a dificuldade em lidar com a máquina pública no país, aliada a um enfoque nos problemas sociais a partir de concepções que contemplam realidades diferentes do que as apresentadas no Brasil tornam-se grandes barreiras no enfrentamento da crise urbana nacional.

### **3 MIGRAÇÃO E MODO DE VIDA NA PERIFERIA**

Dentre os atores sociais envolvidos no desenvolvimento urbano das metrópoles brasileiras, os migrantes adquirem grande importância, por serem os mais afetados pelas consequências desse desorganizado processo de concentração urbana.

Com relação aos estudos que destacam a participação dos migrantes no processo, os estudos de Durham (1968; 1978) se propõem conhecer a vida do migrante que se insere e se apropria de um ambiente diferente do universo rural do qual fazia parte. Assim, a autora descortina os mecanismos criados pelas redes sociais da qual o migrante faz uso para adequar-se ao ritmo de vida da cidade, como a família e a rede de conterrâneos.

Já Fontes (2008) investiga este tipo de mecanismo na formação da comunidade operária de São Miguel Paulista, distrito da periferia de São Paulo. Em seu estudo de caso, o autor se confronta com o cotidiano operário permeado por redes sociais formadas no contato com familiares, em conversas nos bares e parques, nos jogos de futebol, nos intervalos do serviço na fábrica, etc.

A obra de Castells (2000), embora não tenha estudado a realidade brasileira, é importante para se pensar o ambiente do qual o migrante passa a fazer parte ao vir para a metrópole. O autor entende que o termo urbanização abrange duas dimensões: a primeira delas diz respeito à concentração de uma população em limite espacial e demográfico especial específico; já o segundo sentido faz referência a uma série de valores e costumes adquiridos pela experiência de vida na metrópole a que Castells chama de “cultura urbana”. Para o autor, “a sociedade urbana, no sentido antropológico do termo, quer dizer um certo sistema de valores, normas e relações sociais possuindo uma especificidade histórica e uma lógica própria de organização e de transformação” (CASTELLS, 2000, p.127).

A vida na metrópole, para Castells, adquire uma série de especificidades que moldam o padrão das relações sociais, influenciando, de forma decisiva, no ritmo de vida e visão de mundo de seus habitantes.

Assim, estudos acadêmicos que dêem conta de como os grupos sociais se organizam no espaço urbano oferecem caminhos para a compreensão da dimensão que a cidade assume para o morador comum. Whyte (2005) desenvolveu um trabalho de pesquisa etnográfica entre gangues e gângsters de Chicago na década de 1940. Em seu trabalho de observação participante, com duração de seis anos, Whyte descortina o cotidiano de quatro redes sociais na vila de Corneville: a dos rapazes da esquina, o clube dos rapazes formados, dos gângsters e dos políticos locais.

O autor descreveu o papel exercido pela hierarquia e compromissos mútuos assumidos pelos integrantes dos grupos, observando que influências tais relações traziam sobre a trajetória individual dos principais membros. Whyte conviveu com os atores sociais dos grupos envolvendo-se inclusive com seus projetos e aspirações sociais. Sua obra tornou-se referência no campo dos estudos urbanos.

#### 4 PENTECOSTALISMO E REDES SOCIAIS

Desde os primeiros estudos, o pentecostalismo foi considerado uma religião de massas, característica nunca presente no protestantismo tradicional. Sob esta linha de pensamento, D'Epainay (1970) realizou um dos estudos pioneiros sobre o crescimento pentecostal, ao analisar o pentecostalismo chileno. Para D'Epainay, o pentecostalismo apresenta uma resposta à anomia social sentida pelo indivíduo em sua integração ao mundo urbano. Essa mesma idéia é compartilhada por Camargo (1973), que observa que o contingente de fiéis pentecostais são provenientes de áreas de desorganização social, onde a religião atua no processo de adaptação social. Dessa forma, para Camargo, o pentecostalismo seria uma religião anti-moderna, por reforçar valores tradicionais que se perdem no mundo moderno. Em contrapartida, Willems (1967) atribui ao pentecostalismo o papel de colocar o indivíduo em contato com a modernidade. Tais interpretações serviriam para explicar a presença pentecostal entre as camadas mais pobres da sociedade, entre a população trabalhadora.

Os dados do Censo confirmam a ideia de que o pentecostalismo está presente em regiões com menor presença do Estado (JACOB *et al*, 2003). Apesar da pluralidade pentecostal não nos permitir falar de um movimento uniforme, pode-se observar que as formas pentecostais que mais crescem no Brasil são aquelas vistas com maior frequência na periferia urbana. Porém a interpretação de Willems (1967), Camargo (1963), bem como a de Souza (1969) e Rolim (1979) receberam diversas críticas, principalmente por não se aprofundarem na lógica interna dos movimentos que se propunham a analisar, o que contribuiu para a criação de estereótipos até hoje não comprovados, como, por exemplo, o do isolamento dos pentecostais de questões de ordem social, a que Rolim chama de **alienação sacral**.

Dessa forma, estudos mais recentes sobre o pentecostalismo têm proposto um trabalho mais acurado de observação antropológica em que sejam considerados a estrutura interna, bem como os valores criados e vividos pelos participantes do movimento.

Na observação das práticas pentecostais entre os migrantes na periferia não deve deixar de ser levado em conta o papel que as igrejas desempenham como redes sociais que contribuem para a aquisição de capital social por parte daqueles que delas se aproximam. Em locais onde o estado está menos presente, outras instituições ganham um papel de importância na inclusão socioeconômica de populações segregadas. Como já observado, o migrante rural, por exemplo, ao tomar contato com o mundo urbano dará uma grande importância ao contato estabelecido com seus parentes que já vivem na cidade (DURHAN, 1978; FONTES, 2008). A rede de conterrâneos também ganha destaque na integração deste indivíduo, que pode ainda fazer parte de associações de bairro ou de outras entidades associativas. Em uma cultura urbana que valoriza a impessoalidade e o individualismo (CASTELLS, 2000), o vínculo criado entre parentes (no caso da rede familiar), entre pessoas nascidas na mesma localidade ou região (no caso das redes de conterrâneos) ou entre indivíduos com interesses comuns (no caso das associações de bairros), o associativismo, formal ou informal, se transformasse em uma forma de aquisição de capital social. Lavallo e Castello (2004, p. 78) destacam que: “micro contextos urbanos definidos pela segregação espacial tendem a reforçar [...] práticas associativas vinculadas a contextos locais, mostrando-se particularmente sensíveis a mudanças nas configurações locais do capital social”.

A atividade associativa observada com maior frequência nas áreas de periferias urbanas é o associativismo religioso. O fator religião é uma variável que aumenta consideravelmente as chances de um indivíduo estar envolvido em atividades associativas. O morador da periferia encontra, nos templos evangélicos, um caminho para a atenuação das carências oriundas da vulnerabilidade social a que está submetido. Assim, a igreja torna-se um meio de aquisição de capital social e suprimento de necessidades:

As redes evangélicas trabalham em favor da valorização da pessoa e das relações pessoais, gerando aumento de auto-estima e impulso empreendedor no indivíduo, mas também fomentam a ajuda mútua por meio de laços de confiança e fidelidade. Nos templos há circuitos

de trocas que envolvem dinheiro, alimentos, utensílios, informações, recomendações de trabalho etc. (ALMEIDA; D'ANDRÉA, 2004, p.103).

Porém na maioria dos casos, os pentecostais demonstram estar ligados apenas ao associativismo religioso, não sendo muito comum a sua participação em outros tipos de associação. Apesar da forte coesão interna que garante seu crescimento em regiões de grande vulnerabilidade social, as igrejas pentecostais dificilmente abrem-se a conexões com outras formas associativas (ALMEIDA; D'ANDRÉA, 2004). Assim, a coesão interna enfraquece os vínculos externos, ao mesmo tempo em que o afastamento externo fortalece a conexão interior.

Tal ideia de coesão interna e vínculos externos aparece nos estudos de Granovetter (1973) que originaram a teoria dos “laços fracos” (*weak ties*). O autor classifica os vínculos de interação social como laços fracos ou fortes. Os laços fortes dizem respeito a relações mais profundas e duradouras, como a rede familiar ou entre amigos muito próximos. Em redes de laços fortes, o indivíduo dificilmente terá acesso a uma informação que lhe traga benefícios individuais, já que nestes círculos o grau de homogeneidade dos participantes é bastante elevado, fazendo com que as informações que possuam em função de sua participação no grupo sejam quase sempre as mesmas que os outros indivíduos possuem.

Os laços fracos se caracterizam por relações sociais menos densas e nem sempre contínuas. Sua vantagem está no fato de colocar o indivíduo em contato com atores sociais de outros contextos que sejam detentores de informações diferentes daquelas que detêm em seu círculo íntimo, trazendo-lhes vantagens individuais. Granovetter chegou a essa conclusão ao realizar um trabalho etnográfico no qual observou que apenas uma pequena parte de seus entrevistados conseguiu um emprego por indicação de alguém de seu círculo familiar. A busca de recursos individuais baseia-se principalmente na ponte com outros grupos, firmada através dos laços fracos. Para o autor, as microrredes sociais oferecem elementos para entender o movimento dos macrofenômenos sociais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse na pesquisa acadêmica sobre o pentecostalismo tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, bem como a constatação de que seu

crescimento acontece com maior intensidade nas regiões de periferia dos grandes centros urbanos.

Para uma compreensão mais detida do crescimento pentecostal no país é necessária a observação de fenômenos amplos, como de realidades mais delimitadas.

Dessa forma, temas como a urbanização brasileira, migração urbana e formação das periferias metropolitanas devem ganhar um destaque especial na observação do fenômeno pentecostal brasileiro, haja vista sua explosão numérica acontecer a partir do processo de industrialização nacional da segunda metade do século XX. Para trilhar este caminho de pesquisa, torna-se necessário o estudo de autores que, embora não tratem especificamente de religião em seus trabalhos, ofereceram importantes pistas para a compreensão social deste fenômeno.

Porém, para completar a tarefa do estudioso do pentecostalismo no Brasil, torna-se de suma importância o conhecimento de trabalhos que enfoquem a dinâmica interna dos grupos. Nesse sentido, além do conhecimento da literatura específica sobre pentecostalismo, obras como as de Whyte (2005) e Granovetter (1973), que procuram descortinar as motivações e sistemas de interação social presentes em grupos coesos, são leituras de especial importância, ao se transformarem em ferramentas teóricas que contribuam para a construção de pesquisas geradas a partir da observação das dinâmicas próprias do grupo estudado.

## **PENTECOSTALISM, URBANIZATION AND PERIPHERY: THEORETICAL PERSPECTIVES**

### **Abstract**

Pentecostalism in its various forms has been developed in Brazil in parallel with the process of urbanization in major urban centers and this is a fact that should not be overlooked when analyzing the profile of Brazilian Pentecostal population. This is the reason that the study of the relationship between the processes of growth of Pentecostalism and the formation of the suburbs in large metropolitan centers becomes a key to understanding the everyday practices and the religious group that has getting space in the country in recent decades. This paper aims to revisit the main theoretical contributions to the study of Pentecostal presence in the urban periphery To make this text the reference works that study the religious dimension of

urban space as well as studies that, although not specifically on the religious theme, offer important contributions to the discussion of our theme.

**Keywords:** Pentecostal growth. Urban sprawl. Industrialization. Migration. Religious networks.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de; D'ANDREA, Tiajuru. Pobreza e redes sociais em uma favela paulista. In: **Novos Estudos**. São Paulo, n. 68, 2004, p. 94-106.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CAMARGO, Cândido P. F. de. **Católicos, protestantes, espíritas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

D'EPINAY, Christian Lalive. **O refúgio das massas**: estudo sociológico do pentecostalismo chileno. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. Os migrantes nacionais. In: MARCONDES, J. V. Freitas; PIMENTEL, Osmar (orgs). **São Paulo**: Espírito, povo e instituições. São Paulo: Pioneira, 1968.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). São Paulo: FGV, 2008.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, 1973, p. 1.360-1380.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

JACOB, Cesar Romero *et al.* **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. **Religião e sociedade em capitais brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola; Brasília: CNBB, 2006.

KOWARICK, Lúcio; BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In KOWARICK, Lúcio (org). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAVALLE, Adrian G. E; CASTELLO, Graziela. **As benesses desse mundo**: associativismo religioso e inclusão socioeconômica. In: **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, n. 68, 2004.

MARICATO, Ermínia. **Brasil**, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**. Afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais no Brasil**: uma interpretação sócio-religiosa. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SOUZA, Beatriz Muniz de. **A experiência da salvação**: pentecostais em São Paulo. São Paulo: Duas Cidades, 1969.

WHYTE, Willian Foot. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WILLEMS, Emílio. **Followers of the New Faith**: Culture Change and the Rise of Protestantism in Brazil and Chile. Vanderbilt, 1967.